

O CICLO RECENTE DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: PRESSÕES, CONQUISTAS E LIMITES.

BARONE¹,Luís Antonio; FERRANTE ,Vera Lúcia Silveira Botta²

RESUMO: O artigo, fruto de uma pesquisa longitudinal voltada à investigação da realidade multidimensional dos assentamentos rurais, a partir de uma pesquisa recente realizada em parceria com o INCRA/São Paulo (2011-2012), apresenta dilemas e perspectivas destas experiências inovadoras na gestão econômica do território. O artigo retoma analiticamente os dilemas mais significativos do espaço rural paulista, extensivos ao território nacional. Metodologia: entrevistas com todos os atores presentes na trama dos assentamentos, utilização de diários de campo, observação participante e questionários cujos resultados são analisados no corpo do artigo. Os resultados desta pesquisa reiteram a miopia de se discutir o caráter da ruralidade no Estado e os rumos para o desenvolvimento da sociedade sem avaliar o que significam os assentamentos de reforma agrária no contexto nacional. Diferentemente do que um certo discurso político afirma, os assentamentos estão longe de ser favelas rurais. A pesquisa constatou melhora nas condições de vida dessa população, bem com sua contribuição ao enfrentamento do desemprego e abastecimento alimentar, por conta do autoconsumo, das perspectivas de segurança alimentar e necessidade de melhor integração entre políticas públicas, federais e municipais.

PALAVRAS-CHAVE: assentamentos rurais, desenvolvimento/ruralidades contemporâneas.

ABSTRACT: This paper, originated from a longitudinal research directed to the investigation of the multidimensional reality of rural settlements, based on a recent research developed in partnership with INCRA/São Paulo (2011-2012), presents dilemmas and perspectives of these innovative experiences in the territory economical management. The paper restudies analytically the more significant dilemmas of rural space in São Paulo state, extended to the national territory. Methodology: interviews with all the actors present in the settlements' plot, use of field diaries, participant observation and questionnaires, whose results are analyzed in the body of the article. The results of this research confirm the myopia of discussing the characteristics of rurality in our state and the directions to the society development without evaluating the meaning of the rural settlements of agrarian reform in the national context. Different from a certain political discourse statement, the rural settlements are far from being rural slums. The research showed an improvement in life conditions of this population, as well as its contribution to the facing of unemployment and food supply, due to its self-consumption, the perspectives of food security and the necessity of a better integration of local and national public policies.

KEYWORDS: rural settlements, development/contemporary ruralities.

1. INTRODUÇÃO

¹ Professor-Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente (SP).
laborone@uol.com.br

² Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniará). mestrado@uniara.com.br

Os capítulos da história da reforma agrária no Estado de São Paulo têm, no período recente - pós-abertura democrática - seu enredo mais intenso. Essa afirmação pode ser constatada tanto pelo número de trabalhadores rurais beneficiários em projetos de assentamentos (forma de concretização das ações de reforma agrária), quanto, de forma indireta, pelo lapso de tempo no qual o regime político do país se desenvolve num ambiente democrático (25 anos, desde a promulgação da atual Constituição), condição para que as organizações e as mobilizações desse segmento social (genericamente definidos como sem-terras) não encontrem, da parte do Estado, apenas a repressão.

No entanto, há que se questionar se a reforma agrária, entendida aqui restritamente como uma política pública de cessão de terras aos trabalhadores rurais (acrescida de uma claudicante política de apoio a essas novas unidades produtivas rurais), não vive, hoje, o fim de um ciclo. As mobilizações de trabalhadores rurais, que tiveram início ainda na primeira metade da década de 1980 (no bojo do processo de reconquista de uma ordem institucional democrática) e receberam, como contrapartida desde então, a implementação de uma política de assentamentos rurais, vivem um reconhecido refluxo – acompanhado, numa relação praticamente direta, da diminuição drástica no número de novas áreas destinadas para assentamentos.

Diferentes fatores se conjugam para essa inflexão – aqui discutida hipoteticamente como final de um ciclo. Uma nova conjuntura econômica, com forte incremento no emprego, alia-se a uma conjuntura política na qual as diferentes organizações de trabalhadores rurais buscam um reposicionamento frente aos governos. Os discursos mudam, refletindo o esforço de compreender/interpretar essa nova situação, ao mesmo tempo em que o governo federal, liderado pelo maior partido de esquerda desse novo período democrático (o PT), busca desenvolver uma pauta ampla, contemplando a opção central pelo apoio à agropecuária capitalista (produtora de commodities) simultaneamente à implementação de ações que atendem alguns aspectos demandados pelas organizações ditas “camponesas”. Um misto de diálogo e de imposição de pautas e discursos, difícil de ser avaliado, marcam essa relação, sem dúvida determinante nessa conjuntura.

Este trabalho busca discutir, de forma sucinta, momentos cruciais da evolução da luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo, especificamente neste período democrático que o país vive, a partir de um recurso teórico-metodológico por nós desenvolvido – a noção de “trama de tensões sociais”. Tal trama se constitui historicamente pelo confronto dos agentes e das agências que se (dis)põem num campo específico, qual seja, o campo sócio-político gerado a partir da grande demanda por reforma agrária no país (e, mais particularmente, no Estado de São Paulo). Os trabalhadores rurais, seus mediadores (organizações dos trabalhadores ou políticas e as agências oficiais que tratam da questão fundiária), as organizações patronais, os grupos econômicos e os detentores do poder político institucional (partidos e/ou grupos que estão liderando governos de turno nas esferas federal, estadual e municipal) são os sujeitos, com mais ou menos clareza política, que se

digladiam na arena pública em torno das ações pró ou contra a reforma agrária (BARONE; FERRANTE, 2012). A resultante dessa confrontação de forças gera essa trama de tensões, expressão das relações complexas e singulares travadas pelos sujeitos, assim como o próprio campo específico, constituindo pautas, discursos e espaços privilegiados para a definição de projetos acerca da reforma agrária. Conflitos, acomodações e resistências se sucedem nesse jogo, cujas regras são, conforme preconiza Bourdieu (1992), definidas e redefinidas pelos contendores, a partir das suas estratégias e seu acúmulo de forças.

A hipótese de “fim de ciclo” busca analisar o estágio no qual essa disputa se encontra, em sintonia com o momento político do país, assim como em relação às alternativas postas nesta conjuntura. Observamos que a dinâmica político-institucional apresenta-se relativamente consolidada, oferecendo limites para essas alternativas desenhadas pelas forças em confronto. No entanto, resta o desafio de, ao se iluminar o passado (mesmo que recente), intuir possibilidades para o futuro. A academia faz parte desse campo de forças, mesmo que buscando uma posição peculiar. No entanto, sua específica capacidade de interpretação e constituição de um discurso valorizado a torna parte importante do jogo que se desenrola no presente. Esclarecer, compreender, dialogar: as ciências sociais precisam exercer essas faculdades, sob pena de sofrerem uma mera instrumentalização ou serem relegadas à total irrelevância.

2. O CICLO RECENTE DA REFORMA AGRÁRIA E AS CONJUNTURAS POLÍTICAS: PRESSÕES, CONQUISTAS E LIMITES

No Brasil do Século XXI, a realidade social dos assentamentos rurais, produtos da luta pela reforma agrária desenvolvida pelos mais distintos segmentos de trabalhadores rurais, garantiu acesso à terra para quase um milhão de famílias e suscita uma série de questões em torno das dificuldades de ressocialização desses agentes, cuja nova condição (a de assentados) muitas vezes lhes é bastante estranha. A luta pela terra e a conseqüente política de assentamentos rurais desenvolvida no Estado de São Paulo nos últimos 30 anos – algo que impacta diretamente mais de 16 mil famílias - têm colocado, tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos e população assentada, desafios na interpretação e no desenvolvimento de programas de ação para estas experiências de democratização do acesso à terra na unidade mais modernizada da federação.

Após mais de vinte e cinco anos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) - iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão – e aos dez anos de vigência do II PNRA (novo plano que só confirma a importância do primeiro), a discussão acerca do desenvolvimento dos assentamentos rurais de São Paulo é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para assentamentos, tais experiências não redundam em nada em termos de desenvolvimento econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a

alcunha de “favela rural”³ para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente.

A compreensão do processo de desenvolvimento como ampliação das liberdades das populações subalternas (SEN, 2000) tem, já há mais de uma década, orientado a discussão sobre a relação entre assentamentos rurais e desenvolvimento. Essa abordagem não descarta o elemento econômico-financeiro, mas o subordina a objetivos mais amplos, relacionados à capacidade das famílias assentadas se autodeterminarem e buscarem, autonomamente, aquilo que estabelecem como ideais de bem-estar.

Como resultante direto do atual período republicano brasileiro, os assentamentos são reveladores dos limites e possibilidades da nossa democracia, sendo, eles mesmos, expressões das contradições políticas das próprias classes trabalhadoras do campo. No Estado de São Paulo, a rápida e intensa modernização agropecuária, longe de superar conflitos pela posse da terra, acabaram por promovê-los, criando uma gama diversificada de demandantes por terra, todos excluídos dos benefícios da pujança econômica que marca essa unidade da federação. Assalariados temporários, ex-posseiros, ex-arrendatários, mais os trabalhadores marginalizados das distintas regiões do interior paulista (e dos Estados vizinhos): essa é a origem dos sem-terra que, com crescente visibilidade desde o início dos anos 1980, vêm se mobilizando em busca de terra e de um desenvolvimento alternativo para o campo.

Pode-se afirmar que os assentados aparecem sempre como sujeitos ativos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Falar nas tensões sociais constituintes do espaço social dos assentamentos significa abordar essa realidade, destacando as resistências e acomodações que são empiricamente verificadas na construção das relações entre os distintos agentes sociais presentes no contexto sócio-econômico e político estudados.

O confronto desses sujeitos nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador de uma trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas - mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. O desenvolvimento das experiências de assentamentos, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e

³ Cita-se que, recentemente, um importante interlocutor do governo Dilma Roussef junto aos movimentos sociais (Gilberto Carvalho, ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência) voltou a usar essa expressão, repetindo o estigma que se tenta impingir aos assentamentos rurais desde os anos 1980 (cf. FSP, 09/02/2013).

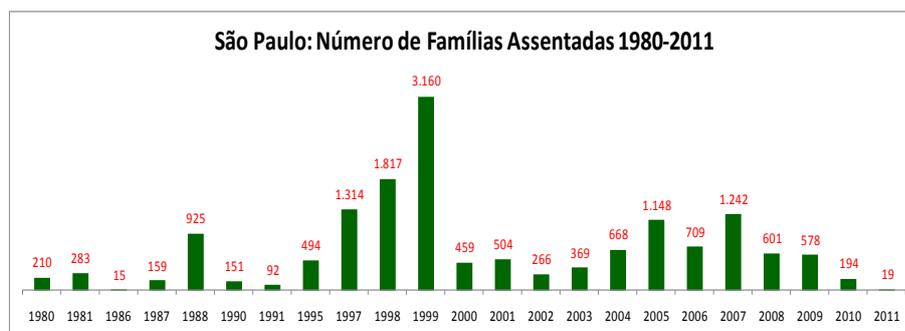
do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses “novos” camponeses.

Se não existem, da parte de todos os agentes que se movimentam neste campo específico, projetos claramente definidos e opostos - até porque, além dos próprios trabalhadores rurais, o estado e seus agentes também claudicam no encaminhamento das políticas para os assentamentos, muitas delas criadas pelo empuxo das propostas das organizações políticas dos trabalhadores rurais - isto não significa que embates concretos não aconteçam, animando o campo político criado a partir da proposta e da implantação dos assentamentos, assim como dos dilemas de sua gestão. Tais embates seriam a resultante mais conflitiva de um conjunto de tensões sociais geradas pelas relações entre os distintos agentes que se põem/dispõem nesse campo, como verdadeiros mediadores do desenvolvimento nos assentamentos.

Em meio a todos esses agentes, os trabalhadores beneficiários nos projetos de reforma agrária se apresentam muitas vezes em posição de subalternidade, porém com um relativo poder de barganha e de controle frente aos mediadores. Diante dos desafios de uma nova realidade - já que a imensa maioria desses assentados chegam numa terra nova, desconhecida tanto nas suas características naturais/agronômicas quanto no tecido sócio-territorial que a contém⁴, esses trabalhadores buscam desenvolver estratégias ou iniciativas que permitam sua manutenção na terra, embora esse objetivo maior comporte práticas contraditórias que, em última instância, levam a uma direção exatamente oposta - como é o caso da alternativa de trabalhar fora do assentamento, situação que pode prenunciar o abandono do mesmo, a médio e longo prazos.

O gráfico 1, abaixo, que apresenta a evolução do número de famílias assentadas no Estado desde a década de 1980, pode ser tomado como indicador desse processo cíclico, além de apontar, justamente, para a possibilidade do fim de ciclo. Pode-se inferir a constituição de um “grande ciclo”, que começa a se esboçar em meados dos anos 1980 e tem seu término após 2010.

⁴ Uma característica dos assentamentos paulistas, o que os difere dos assentamentos de outras regiões do país, é que eles não são instalados em terras há muito ocupadas pelos camponeses (como, por exemplo, os engenhos falidos do Nordeste), mas em áreas que se apresentam disponíveis em distintos contextos geográficos do Estado, às vezes por serem subaproveitadas (improdutivas), às vezes por serem devolutas; mesmo quando trata-se de uma área de empreendimentos falidos, há muitos anos já não existem muitos trabalhadores rurais moradores ali - consequência do intenso êxodo rural-urbano que caracteriza o Estado desde os anos 1970.



FONTE: DATALUTA, 2013⁵.

Dois ou três “pequenos ciclos” seriam revelados pelo comportamento dos números agregados por ano. O primeiro, menor, associado à “Nova República” (governo de transição encabeçado por José Sarney, 1985-1989): aí tem início o debate recente e as mobilizações dos trabalhadores rurais na sua luta pela reforma agrária. O segundo, com resultados quantitativos mais robustos, corresponde aos governos FHC (1995-2002). No entanto, neste ciclo, a crescente ação pública de assentar famílias rurais é drasticamente interrompida a partir do ano 2000.

Por fim, o terceiro ciclo, corresponde aos governos Lula da Silva (2003-2010). Menos irregular que o anterior, esse ciclo mantém, no entanto, a tendência de ampliar o número de beneficiários num primeiro momento e, depois, ir baixando esse índice no final do período de governo.

Curioso é constatar que, ao menos no Estado de São Paulo, o período de governo FHC assentou bem mais famílias que o correspondente período do governo Lula (foram assentadas aproximadamente 8 mil famílias nos anos FHC, contra mais ou menos 5500 nos anos Lula). A “guerra dos números” que marca os discursos dos resultados e da efetividade das ações reformistas, com os governos de turno inflando seus resultados contra a grita de opositores que denunciam manipulações estatísticas, tem uma batalha ruidosa no debate sobre os números das famílias assentadas por FHC e Lula, não sem evidentes manipulações dos dois lados (OLIVEIRA, 2006).

Mas todo número necessita ser bem contextualizado, para que o resultado de pesquisas quantitativas não se tornem meras bandeiras político-eleitorais. Claro que a conjuntura política e as forças sociais que conseguiram, mesmo que episodicamente, fazer valer seus interesses na esfera governamental, são grosso modo, as mesmas que incidiram

⁵ Agradecemos à Anderson Antonio da Silva, Geógrafo e pesquisador do Neagro (FATEC/PP) e do Grupo “Ruralidades, Habitat e Cidadania” (FCT/Unesp) a compilação dos dados do DATALUTA/NERA (FCT/Unesp).

sobre a política de assentamentos no Estado de São Paulo e no Brasil. Assim é que a abertura política dos anos 1980, com o fervilhar das demandas sociais e políticas reprimidas, estão diretamente relacionadas com a instalação dos primeiros núcleos de assentamentos, sejam em terras públicas (horto de Silvânia, na região de Ribeirão Preto), áreas conflitadas no sul do Estado e na região de Campinas, assim como a implantação do maior assentamento do período, na região do Pontal do Paranapanema (Gleba XV de Novembro, entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha). Neste período, durante o governo André Franco Montoro (1983-1986), todo um arranjo institucional foi montado, com vistas a instrumentalizar uma ação reformista por parte do governo do estado de São Paulo (BARONE, 1996).

Da mesma forma, uma ação mais intensa por parte do governo estadual voltou a ocorrer em meados da década de 1990 (governo Mário Covas). Paralelamente a um programa de arrecadação de terras para assentamentos no Pontal – região mais conflitada do período e que se torna, desde então, a com mais assentamentos do Estado – o órgão estadual de terras (ITESP) buscou reorganizar sua atuação e garantir apoio para setores até então desprezados (como os remanescentes de quilombos). Existe a coincidência da conjuntura política nacional, sobretudo na virada entre o primeiro e o segundo governos FHC, como a reação às violentas ocorrências no Pará envolvendo os sem-terra (massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás), mobilizando o governo federal para acelerar os assentamentos. Mas a conjuntura específica de São Paulo parece ser mais decisiva.

Com a saída de Covas do governo, primeiro para tratamento médico, depois com seu falecimento (2001), seu sucessor não logrou manter o ritmo de assentamentos no Estado – fazendo ampliar a curva descendente que marca os últimos anos FCH. Além disso, após a reeleição do vice-governador em exercício - Geraldo Alckimin - em 2002, o próprio ITESP sofreu mudanças na sua direção. A publicação, em finais de 2002, da portaria do ITESP que autoriza as “parcerias” dos assentados com agroindústrias (na prática, uma aceitação da polêmica implantação do cultivo de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas) revela claramente uma inflexão na orientação política do órgão estadual – até então resistente às seguidas propostas de consórcio e/ou parceria que foram discutidas ao longo dos anos 1990 (FERRANTE E SANTOS, 2003). Um público acirramento das divergências e da oposição política do MST ao governo FHC também é incidente nessa conjuntura. A Medida Provisória que criminaliza ações de ocupação de terras e bloqueia o trâmite processual da desapropriação de terras ocupadas é dessa época (FERNANDES, 2006).

O contexto político nacional também rebate de forma mais ou menos uniforme no Estado de São Paulo no período político subsequente. O governo Lula, iniciado em 2003, toma a iniciativa de ampliar e descentralizar os quadros do INCRA. Em São Paulo, o órgão federal, restrito a sua sede na capital, era frequentemente tido como ausente pelos assentados em projetos federais. A montagem de escritórios regionais buscou diminuir essa distância administrativa. Destacam-se, nesse movimento de fortalecimento do INCRA, a

instalação de alguns assentamentos federais no Pontal do Paranapanema – região na qual a ação institucional do ITESP sempre foi mais marcante - numa busca por atender a demanda dos movimentos de luta pela terra e num contraponto à lentidão que pauta a ação mais recente do governo estadual, bem como a forte tomada de posição contrária ao plantio irregular de cana-de-açúcar em assentamentos federais, o que levou a uma ação de despejo de assentados em Araraquara no final de 2007 (FERRANTE, BARONE e BERGAMASCO, 2008)⁶.

Nesse período, no qual o governo estadual abandona o ímpeto reformista, essa agência federal consegue assentar um significativo número de famílias em São Paulo, sobretudo na região noroeste do Estado - genericamente conhecida como “região de Andradina”. Mas não foi só: experiências de assentamentos na Região Metropolitana de São Paulo inovam na forma e na composição social da população assentada. Há, por fim, a implantação de assentamentos do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), originalmente concebido para o bioma florestal amazônico – sem dúvida uma iniciativa ousada, que merece ser monitorada, com projetos no Sul do Estado, no Pontal do Paranapanema e na região de Ribeirão Preto.

Além disso, a possibilidade de ampliação do quadro técnico de campo do INCRA - via convênios com entidades não governamentais - estratégia bastante utilizada no período recente, forneceu mais assistência técnica aos assentamentos, embora esta não tenha logrado vencer dificuldades já diagnosticadas nessa relação entre técnicos e assentados (BARONE, 2000). Nos últimos períodos (2º. Governo Lula e Governo Dilma), a mobilização institucional tem gravitado quase que exclusivamente em torno de projetos federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os intermediados pelo programa dos Territórios Rurais (que não se faz presente em todas as regiões do Estado).

3. UM RETRATO ATUAL DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: COMO VIVEM OS ASSENTADOS?

Esse ciclo produziu um conjunto de experiências bastante diversas, sobretudo devido à origem dos grupos de sem-terra e sua organização, assim como devido à perspectiva oficial que orientou a implementação dos projetos (como assentamento em agrovila ou direto nos lotes produtivos, ou ainda estímulo ao manejo convencional ou

⁶ Se nunca houve grande articulação entre os órgãos de terras estadual (ITESP) e federal (INCRA), no período Lula as divergências se tornaram crescentes e abertas. Essa ação de despejo, em parte motivada pelo plantio de cana no PA Bela Vista do Chibarro (Araraquara) constituiu-se como uma reação forte de recusa do INCRA a uma prática regulamentada pelo ITESP nos assentamentos geridos pelo Estado – a de celebrar “parcerias” com usinas para exploração da cultura canavieira (FERRANTE, BARONE e BERGAMASCO, 2008). Mais recentemente, já no governo Dilma, o INCRA passa a normatizar, quase nos mesmos moldes que o ITESP, a cultura agroindustrial da cana.

agroecológico). Dados de uma pesquisa recente⁷, no entanto, um retrato relativamente homogêneo das suas condições de vida. A pesquisa Uniara-Incra realizou um levantamento amostral para São Paulo. Foram pesquisados 40 Projetos de Assentamentos em 29 municípios, numa amostra estatisticamente válida para o total do Estado. Sem recorrer a um detalhamento das informações colhidas e tabuladas, esse banco de dados revela aspectos importantes da situação dos assentamentos paulistas e das famílias neles residentes.

Ressalta-se a condição de infraestrutura desses PAs, sobretudo nos aspectos domésticos e para a produção. Se 92% das casas dos assentados é de alvenaria, uma investigação qualitativa paralela demonstrou que essas habitações estão quase sempre inacabadas. Apenas 77% dos entrevistados tiveram algum apoio oficial para edificação das moradias – sempre complementado com recursos próprios. É alto, também (considerando-se que o agregado inclui assentamentos mais novos, ainda em estruturação), o índice de eletrificação nos lotes (93%, embora apenas 88% das moradias são servidas por energia).

Ainda analisando os dados sobre condições de habitação, os números se mostram mais preocupantes quando se avalia o abastecimento de água. Na tabela 1, observa-se esse quesito, no qual menos de 50% dos assentados têm acesso à água de poços profundos (mais adequados). As coisas pioram dramaticamente com relação ao esgotamento doméstico: apenas uma minoria de residências tem um sistema de eliminação de dejetos adequado, contra a prevalência do sistema de “fossa negra”, o que constitui um grande risco de contaminação humana e dos mananciais⁸.

Tabela 01 – Origem da água de uso doméstico

Origem	%
Poço Artesiano	45
Nascentes	8
Rios/Córregos/Igarapés	3
Cacimba/Caipira	23
Caminhão pipa	5
Rede pública	4
Outra	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

⁷ Esta pesquisa foi fruto de um serviço técnico prestado pelo Nupedor-Uniara ao INCRA/SP (SR8). Contrato Uniara-INCRA 1000/2010-SRT. Valemo-nos dela pois trata-se do mais recente levantamento realizado nos assentamentos paulistas.

⁸ Nessa questão o levantamento revela que 24% das moradias contam com fossas sépticas ou rede de esgoto; as fossas inadequadas (genericamente denominadas fossas negras) servem 70% das moradias.

O acesso à educação e à saúde é muito irregular (mais difícil no caso da saúde, já que, no caso da educação, os municípios são obrigados a garantir acesso à escola). No entanto, apesar de um significativo movimento em prol de uma educação básica mais adequada à realidade da reforma agrária⁹, nota-se que, em São Paulo, nas poucas escolas de assentamentos, há uma absoluta prevalência dos projetos pedagógicos comuns às redes municipais e estadual.

Com relação a isso, a pesquisa qualitativa levantou, inclusive, retrocessos, como no caso do município de Araraquara. Lá, um dos únicos exemplos de uma escola de assentamento com projeto político pedagógico diferenciado, nos últimos anos, a administração municipal impôs os materiais e as metodologias do chamado sistema Sesi – considerado pela Prefeitura como excelente. Todo um esforço de anos na construção de uma metodologia própria, desenvolvida no e para a escola do assentamento, foi interrompido para se adotar esse material padrão, extremamente urbanicêntrico (PAVINI, 2012).

Outro dado preocupante com relação à infraestrutura é a qualidade e conservação das estradas. Na pesquisa, pode-se apurar que apenas 17% dos assentados consideram as estradas do assentamento – e as que ligam o assentamento à cidade – boas o ano todo. A maioria reclama que, nos períodos de chuvas, as estradas ficam muito ruins, prejudicando o transporte de escolares, de pacientes do SUS e a movimentação de mercadorias.

Os problemas ambientais também estão presentes nesses projetos. No entanto, muitos deles acabam sendo “herança” de práticas incorretas efetuadas por décadas (como no Pontal do Paranapanema todo, que apresenta seríssimos problemas de degradação dos solos e assoreamento de córregos). O levantamento mostrou, por outro lado, que 30% dos assentados já receberam notificação de irregularidade ambiental – o que aponta para um conjunto de práticas inadequadas que ainda são mantidas na situação de assentamento.

Com relação à dimensão econômica, observa-se que os assentamentos têm melhorado, nesses últimos anos, sua posição como espaços produtivos inseridos nos respectivos contextos municipais e regionais. A ocupação do pessoal morador, conforme levantado pela pesquisa Uniara-Incra, claramente desmente a opinião de que as pessoas não trabalham e não produzem nos assentamentos rurais. Em quase 50% dos casos, duas pessoas estão ocupadas na lida agropecuária (geralmente marido e mulher titulares do lote); indo além, mais de 30% das famílias registram três ou mais pessoas trabalham nos lotes (tabela 2).

⁹ Cf. Arroyo, M.G.; CALDART, R.S.. Por uma educação do campo. Editora Vozes, 2004.

Tabela 02 - Pessoas trabalhando no lote

Pessoas trabalhando no lote	%
Um	16,9
Dois	48,1
Três	16,9
Quatro	10,5
Cinco	3,4
Seis	1,3
Sete	1,3
Oito	0,4
Dez	0,4
Não respondeu	0,4
Não sabe	0,4

FONTE: Pesquisa de Campo, 2011

A horticultura, hoje, mostra-se disseminada por todas as regiões do Estado (fortemente incentivada pelos programas de compras governamentais), seguida da prática de lavouras anuais, além da mandioca e da fruticultura. Quase 60% dos assentados desenvolvem a pecuária leiteira - com destaque para região do Pontal do Paranapanema, relativamente fraca em termos de produção agrícola, mas com mais de 80% de produtores de leite.

Esse incremento produtivo, no entanto, se dá com alto déficit tecnológico, seja este convencional (mais de 50% não têm acesso a tratores), seja alternativo. Apesar de um importante debate sobre agroecologia e práticas ambientalmente positivas, pouco tem se traduzido em ações concretas. Elas existem, mas ficam bastante restritas, superando em pouco, talvez, o registro de micro projetos (4% de adesão à agroecologia – tabela 3). Há exceções – como no caso do assentamento tipo PDS “Sepé Tiarajú”, na região de Ribeirão Preto, com uma disseminação maior de princípios ambientais – mas estas só confirmam a regra de pouca adesão a práticas conservacionistas.

Tabela 03 – Manejo da produção

Tipo	%
Convencional	38
Tradicional	46
Conservacionista	11
Agroecológico	4
Não sabe	1

FONTE: Pesquisa de Campo, 2011

Outro exemplo desse gargalo tecnológico pode ser dado pelo uso de agrotóxicos. Se o levantamento mostra que metade dos assentados usam defensivos agroquímicos, a pesquisa qualitativa revelou que a opção da outra metade de produtores assentados (os que não usam agroquímicos) se dá fundamentalmente pela falta de recursos financeiros - e não por uma desejada “transição agroecológica”. A opção “agricultura tradicional”, a mais indicada no levantamento do tipo de manejo da produção (46% de adesão), encerra as ambiguidades de situações nas quais há baixo uso de insumos industriais, mas também pouquíssima orientação técnica agroecológica (qualquer manejo que aponte mais ou menos nesta última direção, fica na casa dos 15% - vide tabela 3).

Tem-se nos assentamentos, então, uma agricultura bastante rudimentar, que pode não usar agroquímicos, mas pode prejudicar as APPs - justamente para aproveitar áreas mais úmidas do lote. O mesmo pode ser dito da pecuária leiteira, amplamente deficitária em termos tecnológicos, como na genética do rebanho e no manejo dos pastos. Muito há por se fazer, ainda, para se atingir um patamar produtivo que garanta renda adequada e sustentabilidade aos assentamentos.

A resposta à questão de como vivem os assentados, muito além dos números citados, demonstra-se extremamente difícil. Se há carências em termos de infraestrutura, irregular atendimento de saúde e baixo nível tecnológico na produção, a condição de vida atual dessas famílias sempre se apresenta, aos seus próprios olhos, melhor do que o passado (geralmente vivido como assalariados rurais ou posseiros). Há mais segurança com relação à alimentação e expectativa de futuro, mesmo que o almejado para os filhos, muitas vezes, esteja longe do rural. Há uma minoria que se aproveitou (positivamente) da oportunidade de acesso à terra e se capitalizou, enquanto talvez um mesmo número de famílias ainda dependa fortemente de programas de transferência de renda. A grande maioria, no entanto, trabalha com dificuldades na terra, mas indica melhoras nos anos recentes.

Essa condição de vida fortemente depende de outras variáveis, como o tempo de assentamento e a localização do projeto nos distintos contextos regionais. Embora os

assentamentos mais antigos tenham condições de infraestrutura mais consolidadas, estes geralmente sofrem um esvaziamento geracional, indicando um declínio das atividades econômicas. Os assentamentos mais novos, que inclusive receberam mais rapidamente investimentos de infraestrutura, podem exibir mais pujança – já que têm uma população mais disposta a enfrentar os grandes obstáculos que esse tipo de agricultura familiar apresenta.

Uma análise mais abrangente aponta, tendencialmente, para uma melhor situação daqueles assentamentos localizados em regiões mais desenvolvidas do Estado, assim também como daqueles mais próximos às áreas urbanas. Em regiões mais urbanizadas, o efeito atrator das cidades pode ser maior, enquanto que em assentamentos mais distantes das cidades e em regiões menos desenvolvidas, a população decresce mais lentamente. Mas também isso não permite uma generalização.

É claro que os assentados da região de Campinas (P.A.s Sumaré, por exemplo), souberam explorar esse efeito de proximidade a uma grande e rica mancha urbana para desenvolver, há muitos anos, uma agricultura típica de cinturão verde. No entanto, pode-se citar o caso do PDS Mário Lago (Fazenda da Barra), praticamente encostado na zona urbana de Ribeirão Preto, cujo efeito mais evidente da localização é uma tendência de fusão com a grande periferia carente daquela região da cidade, podendo inviabilizar o próprio objetivo ambiental desse tipo especial de assentamento. Por outro lado, ainda, os assentamentos vizinhos da zona urbana em Ilha Solteira (outra região, outro contexto), conseguem ter mais vantagens com essa localização, mesmo que o mercado local não seja tão afluyente quanto o da Região Metropolitana de Campinas.

Garantir uma melhor inserção econômica desses projetos, de forma a promover a geração de trabalho e renda na zona rural, assim como proporcionar mais condições e melhor infraestrutura: estes são, sem dúvida, os principais desafios postos para aqueles que têm a reforma agrária como preocupação em termos de políticas públicas – algo que a conjuntura recente afirma como possibilidade (e, ao mesmo tempo, limite), conforme visto acima.

4. CONCLUSÃO

A política de assentamentos rurais atravessou décadas, sofreu restrições e experimentou momentos de intensificação. Quando rebatemos essa ação pública em distintos contextos regionais, a marca da diversidade se impõe, revelando uma complexa trama relacional que só pode ser compreendida sob sua singularidade histórica e espacial. De comum, seja nas regiões mais ricas (como Ribeirão Preto), seja nas mais pobres (como o Pontal do Paranapanema), tem-se a luta dos trabalhadores para conquistar um pedaço de chão para trabalhar e viver.

Mas como avaliar, a partir do acima exposto, esse “final de ciclo”. Sem dúvidas, a combinação entre um período de baixíssimo desemprego, certa distribuição de renda e governo – o do PT - com uma grande capacidade de interlocução/hegemonia sobre os

movimentos e organizações de trabalhadores rurais consolidou uma tendência para a diminuição da pressão por novos assentamentos.

Desde o final do Século XX já se discute o fato de que não haveria mais um amplo estoque de terras para assentamentos (excetuando-se, talvez, áreas florestais na Amazônia, também indesejáveis por questões ambientais). O que foi combatido até 2002 como discurso contrarreformista, foi incorporado a partir de 2003 pelos próprios grupos pró-reforma agrária – senão, o que foi a proposta de se revisar e elevar os índices de produtividade mínimos para que uma terra seja considerada produtiva (constitutivos do Grau de Uso da Terra)? Essa bandeira assumiu que, nas condições econômicas e institucionais vigentes, seria impossível detectar novas áreas improdutivas no centro-sul do país.

Outro indicador que pode ser discutido é o fato de que, mesmo antes do governo Lula, o próprio MST incorporou uma prática de mobilização, chamada de “acampamento funcional”, que se constituía basicamente de barracos vazios, tão somente marcando a “vaga” de um sem-terra que, na verdade, estaria ocupado trabalhando na cidade. Um último e grande acampamento se constituiu no Pontal do Paranapanema no início do governo Lula (2003): foi o “Nova Canudos”, liderado por um conhecido militante que acabou por romper com o MST (José Rainha Júnior) – rapidamente esvaziado, pouco sobrou dessa estratégia de luta que são os acampamentos.

Especificamente no caso dessa região – fortemente identificada com a luta pela terra no Estado – o governo estadual, desde 2003, mudou sua postura frente à problemática questão das terras devolutas. Sobretudo durante o período Covas (1995-2002), o governo estadual agiu no sentido de arrecadar terras tidas como devolutas, movendo grandes ações judiciais de reconhecimento. Já no primeiro período Alckimin, é aprovada a Lei 11.600/2003, que regulariza áreas com dimensão aproximada de até 500 hectares. Definitivamente regulamentada em 2012, essa iniciativa governamental será completada com a possível futura aprovação do Projeto de Lei estadual (578/2007), apresentado à Assembleia Legislativa do Estado pelo governo Serra (em 2007), propondo a regularização de áreas maiores que 500 hectares. Com esse dispositivo, praticamente deixa de ter sentido o principal argumento daqueles que reivindicam assentamentos no Pontal, pois não haverá mais terras devolutas: o Estado reconhece e regulariza todas as propriedades, independente de seu histórico domínial que as liga ao complexo processo de grilagem encetado durante todo o Século XX.

O próprio Movimento Sem-Terra estadual já definiu outra região, próxima ao município de Iaras, como novo pólo de reivindicação. Isso se deu por pesquisa e informação vinda do próprio Incra/SP, que descobriu uma imensa gleba, adquirida pela União para colonização oficial há um século, que foi irregularmente ocupada há muitas décadas (Núcleo

Colonial Monções). Esse estoque de terras, capaz de ter assentadas várias centenas de famílias, tem sido alvo de ações do MST já a alguns anos¹⁰.

Quantas áreas ou quantas famílias ainda serão assentadas no Estado de São Paulo são números difíceis de serem discutidos. No entanto, é digno de nota que o Incra/SP busca, atualmente, levantar as áreas lindeiras não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal, como última possibilidade de se fazer alguma ação fundiária que assente famílias, além do remanejamento de lotes vagos nos PAs já implantados.

Discutir a reforma agrária em São Paulo passa, então, a ser discutir o futuro dessas experiências já implantadas (que somam quase 250 projetos). Sejam assentamentos convencionais, sejam PDS's¹¹, esses espaços reformados passam a ser demandantes de determinadas políticas públicas, assim como passam a interagir com seus contextos locais, dinamizando o rural das mais diferentes regiões do Estado.

5. REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **"Os posseiros voltam a assumiro o protagonismo da luta camponesa no Brasil."** COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil (2010).
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**, S.P., Perspectivas, 1992.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- Barone, L. A. **"Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo"**. Revista Retratos de Assentamentos, ano VI, no. 8, Araraquara, UNESP, 2000.
- FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A e BERGAMASCO, S. M. P. P. **Os "parceiros" da cana (dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo)** – texto apresentado no 32º. Encontro Anual da ANPOCS (GT: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO "RURAL"). Caxambu/MG, 27 a 31 de outubro de 2008.
- OLIVEIRA, A.U. **"A 'não reforma agrária' do MDA/INCRA no governo Lula"**. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS entre 7 e 10/03/2006.
- PAVINI, G. C. **O método Sesi de Ensino na Escola do Campo: A controversa chegada do estranho** (dissertação de Mestrado). Araraquara, UNIARA, 2012.
- FERNANDES, B. M. et al. **"Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP."** NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) UNESP: Presidente prudente (2006).
- Barone, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos** (Dissertação de mestrado), Araraquara, UNESP, 1996.

¹⁰ Nessa área ficam as propriedades da agroindústria Cutrale, alvo de ocupação e destruição de pomares há alguns anos. Essa ação, de grande divulgação na mídia na época, buscava denunciar a ocupação irregular, posto que em terras da União, desta grande empresa sucroalcooleira.

¹¹ Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade muito ligada ao manejo agroflorestal, foram implantados em São Paulo a partir do segundo governo Lula, constituindo-se experiências que precisam ser melhor avaliadas.

Ferrante V. L. S. B. e Santos, M. P. **"A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões"**. Anais Congresso SOBER, 2003 (versão digital).

Barone, L. A. **"Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo"**. Revista Retratos de Assentamentos, ano VI, no. 8, Araraquara, UNESP, 2000.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.. **Por uma educação do campo**. Editora Vozes, 2004.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V.L.S.B. **"Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento."** DADOS – Revista de Ciências Sociais, RJ (2012).